

---

## BANCO PALMAS, A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO. UMA ANÁLISE A PARTIR DE ARRIGHI

---

ERICA ELENA AVDZEJUS [*ericavdzejus@hotmail.com*]

---

Recebido em 22/novembro/2014  
Aprovado em 01/fevereiro/2015  
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

O Banco Palmas é a experiência de banco comunitário mais bem sucedida do Brasil. Diversos autores defendem como um singular exemplo de capacidade da própria comunidade de formular políticas sociais ativas e democráticas através do consumo solidário e sustentabilidade de pequenos estabelecimentos. Na visão desses autores, trata-se de um exemplo de desenvolvimento “um processo mitótico, um projeto de economia social de mercado, de resgate do humanismo, da solidariedade e da cooperação em prol do bem comum” (TOSCANO, 2002).

Ressalta-se que a criação do Banco Palmas se deu pela identificação dos pequenos produtores do Conjunto Palmeiras, de que mais problemático do que não ter como produzir – por falta de acesso ao crédito – “era não ter como comercializar seus produtos” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008).

Ainda de acordo com o referido autor, além de crédito, criaram-se outras iniciativas para promover o “desenvolvimento da economia” e a geração de renda para a população, primeiramente com espaços de comercialização dos produtos produzidos no bairro, como a Feira dos Produtores Locais e a Loja Solidária. Em seguida, passou-se a realizar um clube de trocas, que possuía uma moeda própria.

O Conjunto Palmeiras tem hoje mais de 30 mil habitantes e é um bairro dormitório. Os moradores constroem suas relações sociais na periferia, mas suas relações econômicas no centro: moram e vivem na periferia, mas trabalham e consomem no centro. Essa dinâmica cria uma situação de “definhamento” da economia local, bem como padrões ambiental e socialmente insustentáveis de locomoção e trabalho. (MORAIS; BORGES, 2010).

A partir do cenário apresentado, questiona-se se o desenvolvimento proposto pelo Banco Palmas trata-se efetivamente de desenvolvimento? Compreendendo que existem diversos conceitos sobre o referido recorte, busca-se elucidar a questão sob a perspectiva de Arrighi.

O presente estudo busca refletir sobre o desenvolvimento apregoado pelos autores que estudam o banco palmas, realizando um contraponto com o conceito de desenvolvimento, proposto por Arrighi.

Para tanto, os objetivos específicos do estudo serão: contextualizar sob a perspectiva de desenvolvimento proposto pelo Banco Palmas; analisar a perspectiva de desenvolvimento proposta por Oliveira; compreender sob o ponto de vista de Arrighi, o conceito de ilusão de desenvolvimento numa abordagem centro-periferia.

O ensaio divide-se então em três seções, onde a primeira traz um desenho geral do estudo. A segunda tratará o desenvolvimento teórico respaldado em Oliveira e Arrighi, principalmente, para que após isso sejam possíveis considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DESENVOLVIMENTO

Numa perspectiva sob a divisão social num ponto de vista internacional, Arrighi (1997), apregoa que é a principal razão pela qual o mundo é dividido em “jurisdições do núcleo orgânico e periféricas”. O autor apregoa então que no núcleo denominado orgânico, são desenvolvidas as atividades tidas como “cerebrais” e portanto associadas ao fluxo de inovações capitalistas e onde serão efetivamente tomadas as decisões relevantes e estratégicas. Reitera-se ainda nessa perspectiva e respaldado em Schumpeter que tais atividades, essenciais ao capitalismo, proporcionam ganhos extraordinários muito acima dos lucros médios auferidos pelas atividades comuns. No que o autor denomina de jurisdições periféricas, são desenvolvidas atividades tidas como neuromusculares. O autor apregoa então que a estratificação da economia mundial segue essa mesma ordem e que as jurisdições orgânicas, onde a inovação é incentivada, são mais propensas a fortalecer o poder político, criando mais liberdade para criação de um ambiente jurídico-institucional e de infraestrutura econômica favorável que permita o processo acumulativo.

Ademais, o autor reitera que o processo de inovação estimulado no sistema neoliberal, não só gera lucros extraordinários para a empresa, como também, através de uma relação “simbiótica” com o estado, gera as externalidades que o alimentam e retroalimentam formando um círculo. Então, surge a importante afirmação: o núcleo orgânico possui uma riqueza oligárquica não universalizável. E, a entrada para o núcleo orgânico só se dá através da inovação e nesse momento o autor cita o caso da corporação vertical americana e da acumulação flexível japonesa. Reafirma ainda que a imitação, extremamente corriqueira nos países periféricos, como no Brasil, pode até ser alavanca para o poderio militar, mas nunca para o poder econômico, pois para poder militar, é necessário apenas esforço e sacrifício e para o poder econômico, criatividade. Logicamente, uma criatividade que seja estimulada e consiga compor o círculo – inovação e acumulação.

Até porque, respaldando-se em Meszáros (2002), qualquer tentativa de criar ou superpor algum tipo de unidade às estruturas sociais reprodutivas internamente fragmentadas em questão tende a ser problemática e a permanecer rigorosamente temporária, ou seja, uma inovação partida da periferia, tende a ser absorvida pelo núcleo orgânico, numa clara relação de centro –periferia. Ainda de acordo com o referido autor, o caráter irremediável da carência de unidade deve-se ao fato de que a própria fragmentação assume a forma de antagonismos sociais. Em outras palavras, ela se manifesta em conflitos fundamentais de interesse entre as forças sociais hegemônicas alternativas.

Num resgate à obra de Marx e Engels, o manifesto comunista, Arrighi (1997) corrobora com as previsões desses autores, onde o poder social e a penúria maciça do proletariado realmente cresceram, conforme previsto, mas, acrescenta que de forma polarizada, com o proletariado em algumas regiões

experimentando um aumento do poder social, e em outras regiões experimentando primordialmente um aumento de penúria maciça. Assim, percebe-se que as duas tendências não afetaram o mesmo material humano em toda a extensão da economia mundial. Arrighi reitera ainda, que o foi assistido foi onde o poder social do proletariado era significativo e crescente a revolução socialista não foi aceita e possível de ser aplicada, em contrapartida, entre o proletariado industrial, onde o poder social foi reduzido, houve a possibilidade de uma revolução industrial.

Porém, com a grande crise da década de 1970, resultado do esgotamento da revolução organizacional norte americana e com grande impacto na redução de custos, pela necessidade da manutenção da competitividade foram percebidos três atividades de austeridade com relação aos custos: a) substituição de fontes de mão de obra remunerada mais caras por mais baratas no interior do núcleo orgânicos – onde além do aspecto da feminização da força de trabalho e o uso de mão de obra imigrante são aspectos relevantes; b) uma substituição de mão de obra mais cara por mais barata através da fronteira do Estado, particularmente em regiões do núcleo orgânico e mais periféricas – sendo enfatizado pela realocação de fábricas e a substituição de produção doméstica por importados; c) substituição da força de trabalho por força de trabalho intelectual científica em produção – nesse ponto, a automação e o uso de tecnologia com base científica são seus aspectos mais importantes.

Apesar das duas primeiras atividades remeterem ao aumento da “penúria” do proletariado do núcleo orgânico, onde em parte do seu poder social em benefício do proletariado periférico e semiperiférico, de acordo com a lógica do processo de acumulação permite-se entender que apesar da redistribuição do poder social, a implicação de tal processo é o aumento da submissão do proletariado ao domínio do capital.

No decorrer da obra em questão, Arrighi (1997), busca uma reconceituação para o termo semiperiferia, iniciando com a recuperação do termo núcleo orgânico-periferias sendo trocas desiguais realizadas através de redes, onde alguns estados tipos como industriais ou industrializados se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão internacional do trabalho, ao passo que a maioria dos estados recebe as parcelas necessárias a manutenção da relação de troca desigual. Os primeiros Estados capitalistas estariam classificados como núcleo orgânico e os últimos seriam os periféricos. Os semiperiféricos seriam então, os que estão na zona intermediária e, portanto, semindustrializados.

O autor inicia então uma grande recuperação do termo “troca desigual” reiterando que vários autores parecem não ter entendido muito bem a origem. Assim, como possuem divergência no termo “desenvolvimento” e “núcleo orgânico”, que variam entre as escolas da modernização e da dependência. É admitido por ele, que tal visão está tão embrenhada que dificulta até os questionamentos plausíveis, uma vez que a rápida industrialização correspondente dos Estados relativamente pobres, foi equiparada a “desenvolvimento”. Corroborando com o autor, o processo de industrialização os desindustrialização é buscada não como um fim em si mesmo, mas, como um meio para o aumento da riqueza, ou de poder, ou de bem estar, ou de uma combinação disto. O que o autor chama a atenção é para a necessidade de separação dos conceitos de “industrialização” e “desenvolvimento”.

Ademais, o autor resgata que a origem do termo “troca desiguais” proposta por Emmanuel(1972), não tem conexão com rede de comércio. Trata-se de comércio entre Estados caracterizados por diferentes níveis salariais, mas pela mesma taxa de lucro e nível de produtividade. O pressuposto básico para tais relações é a falta de mobilidade da mão de obra e uma alta mobilidade de recursos de capital entre os parceiros comerciais.

Ressalta-se que a troca desigual não foi o único instrumento de polarização núcleo-orgânico-periferia e nem os seus efeitos na estrutura em questão na economia mundial foram tão destituídos de ambiguidade quanto sugerem aqueles que usam o termo. Logicamente, o autor não nega a importância da troca desigual para a reafirmação da estrutura dentro do modelo capitalista mundial, reafirmando ainda que o capital tem sido muito mais móvel do que o trabalho, através do espaço da capitalista, e os diferenciais do salário entre os territórios integrados nesta última, têm sido não apenas maiores, mas, crescem em velocidade maior que os níveis de produtividade e taxas de lucratividade.

Nesse contexto, Arrighi (1997) admite que a troca desigual é um dos diversos mecanismos de polarização núcleo-orgânico-periferia, juntamente com transferências unilaterais de mão de obra, por um lado, e de capital do outro. O cerne da questão é que se existe desigualdade fundamental e auto reprodutora na distribuição de riqueza entre os estados e povos da Economia capitalista mundial, a troca desigual e as transferências unilaterais de recursos do capital e trabalho são atributos puramente contingentes dessas relações, como exemplificado no caso da industrialização e desindustrialização. Ou seja, por si só, elas não podem dizer quem está ou quem não está se beneficiando com as desigualdades estruturais da economia capitalista mundial.

O autor, então, inicia um resgate teórico sobre a análise dos sistemas mundiais, com o intuito de contextualizar de forma mais consistente a hierarquia de riqueza que irá impactar no diferencial entre um estado e outro: desenvolvimento. Dessa forma, o autor resgata que a hierarquia da riqueza consiste em três camadas ou agrupamentos distintos. Os Estados posicionados no agrupamento superior se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão mundial do trabalho, constituindo o núcleo orgânico da economia capitalista mundial. Os estados situados no agrupamento inferior auferem receitas que no máximo irão cobrir os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho e constituem a periferia do sistema capitalista mundial. Já os Estados posicionados no agrupamento intermediário e classificados de semiperiféricos, se beneficiam de lucros excedentes ao custo no longo prazo, mas que não permite estabelecer o padrão de riqueza desenvolvido pelo agrupamento superior, ou seja, pelo núcleo orgânico.

Ressalta-se nessa perspectiva, que essas três posições também são definidas em termos qualitativos e não apenas quantitativos como foi esclarecido até aqui. Nesse aspecto, pode-se adentrar numa classificação resgatada pelo autor de Harrod (1958), no que se refere aos dois tipos de riqueza pessoal, que são classificadas como “democrática” e “oligárquica” e sustenta que são separas por características intransponíveis. No que se refere a riqueza democrática, trata-se de um tipo de domínio sobre os recursos que está, em princípio, disponível para todos em relação direta com a intensidade e eficiência de seus esforços. Num contraponto, a riqueza pessoal denominada oligárquica, não relação

qualquer com a intensidade e eficiência dos esforços de seus receptores e nunca está disponível para todos, não importando quão intensos e eficientes são os seus esforços.

Partindo desse contexto, apregoa-se na referida obra, que a luta para conseguir riqueza oligárquica é, portanto, inerentemente auto fracassada, a ideia de que todos podem consegui-la é uma ilusão. A análise de sistemas mundiais sustenta que os Estados em busca de riqueza nacional numa economia capitalista mundial, enfrentam um problema de “adição” semelhante, e muito mais sério do que é enfrentado pelos indivíduos quando buscam riqueza pessoal numa dada economia nacional. As oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam para um Estado de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados. A riqueza dos Estados do núcleo orgânico, é pois, análoga, à riqueza oligárquica.

Reitera-se então, analisando a obra de Arrighi (1997), que avanços econômicos não podem ser para todos os Estados, porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial. Ou seja, os processos de exclusão são tão importantes quanto os processos de exploração, a pobreza absoluta ou relativa dos Estados periféricos e semiperiféricos são necessários para indução que seus dirigentes e sua população participem da divisão mundial do trabalho por recompensas marginais que deixam a parcela significativa dos benefícios para o núcleo orgânico. Assim sendo, os processos de exclusão estão relacionados ao fato da riqueza oligárquica dos Estados no núcleo orgânico fornece aos seus dirigentes e população os meios necessários para excluir os dirigentes e população dos estados periféricos e semiperiféricos do uso e gozo de recursos escassos e portanto sujeitos a acumulação anormal.

O autor explica ainda que os processos de exclusão e de exploração são distintos, porém complementares. Trata-se então de um círculo sustentável onde o processo de exploração permite que os Estados do núcleo orgânico e seus agentes tenham meios para iniciar e sustentar o processo de exclusão. Os processos de exclusão, geram pois, a pobreza necessária para indução aos dirigentes e cidadãos dos Estado periféricos e semiperiféricos a buscar continuamente a entrada na divisão mundial do trabalho em condições favoráveis aos Estados do núcleo orgânico.

Continuando com a correlação entre riqueza democrática e oligárquica, a riqueza dos estados semiperiféricos, correspondem ao conceito de riqueza democrática, onde se todos os esforços humanos em igual intensidade e eficiência fossem recompensados igualmente e se todos os seres humanos tivessem oportunidades iguais de usar os recursos escassos, todos os povos poderiam usufruir do tipo de domínio sobre os recursos que já é usufruído em média pela semiperiferia. Resgate-se que o traço mais essencial da economia capitalista mundial é a recompensa desigual por esforços humanos iguais e oportunidades desiguais de uso de recursos escassos. Assim, como consequência apenas uma minoria da população mundial desfruta da riqueza democrática e faz somente por meio de uma luta perene contra as tendências excludoras e exploradoras através das quais a riqueza dos Estados do núcleo orgânico é criada.

Nesse momento, o autor explica como os estados semiperiféricos lutam contra a exploração ou exclusão, ou com alternam as duas. Uma luta contra a exclusão é uma luta por nicho seguro na divisão mundial do trabalho, que implica numa maior especialização das atividades nas quais os Estados semiperiféricos têm ou pode obter algum tipo de vantagem competitiva, ou num envolvimento ativo nas relações de troca desigual, nas quais o Estado semiperiférico fornecem mercadorias que incorporam mão de obra mal remunerada para os Estados do núcleo orgânico em troca de mercadorias que incorporam mão de obra bem remunerada ou ainda uma exclusão mais completa dos Estados periféricos das atividades nas quais o Estado semiperiférico busca maior especialização. Em contrapartida, uma luta contra a exploração visa a criação de divisão de trabalho tão autônomas quanto possível da divisão matricial do trabalho dentro da economia capitalista mundial. O impacto desse tipo de luta resulta: o Estado semiperiférico incumbir-se de uma gama de atividades, independentes de vantagem comparativa; a auto exclusão do Estado semiperiférico de relações de troca desigual, nas quais os Estados do núcleo orgânico; ou ainda um envolvimento ativo em relações de trocas desigual, nas quais o Estado semiperiférico fornece mercadorias que incorporam mão de obra bem remunerada a Estados periféricos em troca de mercadorias que incorporam mão de obra mal remuneradas.

O autor ainda reitera que os Estados podem lutar nessas duas direções, ou seja, podem se manter à frente da pobreza dos Estados periféricos, mas, enquanto grupo podem transpor a barreira que separa a riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico, porém, com limitações que são inerentes ao intento. O que é apregoado pelo autor é que o próprio êxito das lutas contra a exclusão leva a uma exploração mais intensiva ou extensiva dos Estados semiperiféricos por parte dos Estados do núcleo orgânico e, portanto acentua a capacidade do núcleo orgânico de excluir os semiperiféricos das atividades mais compensadoras e do uso ou gozo dos recursos escassos. Fica evidente então, que o próprio êxito das lutas contra a exploração leva a uma auto exclusão do acesso aos mercados mais ricos e as fontes mais dinâmicas de inovações.

Ademais, ainda de acordo com o autor, os Estados podem individualmente conseguir, como é exemplificado com o caso do Japão, conseguir ultrapassar a barreira que separa a riqueza oligárquica do núcleo orgânico, porém, ressalta-se que os êxitos, individualmente, podem levar a um retesamento das tendências excludoras e exploradoras dos Estados do núcleo orgânico e com isso aprofundam e ampliam a barreira para aqueles que ficam para trás. Ou seja, fica mais difícil ainda para os Estados semiperiféricos ultrapassarem a barreira.

Notadamente, tal questão não significa que as lutas dos Estados semiperiféricos contra a exclusão e a exploração são ineficazes, pelo fato de que tal luta é que impede que os Estados semiperiféricos caiam na pobreza absoluta em que os Estados periféricos estão instalados. Fica claro que do ponto de vista humanitário e global que, o sucesso na luta contra a exclusão geralmente implica em uma maior exploração dos Estados periféricos pelos Estados semiperiféricos.

O autor resume então, que nem todos os Estados periféricos podem vir a se tornar semiperiféricos. Os estados, individualmente, podem cruzar o golfo que separa a periferia da semiperiferia, mas, também nesse caso, as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado

periférico de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os estados periféricos, aumentando assim, a barreira imposta pelo núcleo orgânico.

Outra ilusão desenvolvimentista trazida por Arrighi (1997), é a industrialização da periferia e da semiperiferia. O autor parte do pressuposto que não trata-se de um canal de subversão e sim uma reprodução da hierarquia da economia mundial. Esta afirmação enfatiza que a tentativa generalizada, por parte dos atores políticos, de capturar em qualquer momento, uma atividade de núcleo orgânico, estimula a competição e transforma essas atividades em periféricas.

## 2.2 Banco Palmas

Singer (2013) afirma ainda que se trata sem dúvida, de uma política pública, que vem em boa hora, pois em muitos lugares do mundo renasce a esperança de que a economia solidária se revele como um meio eficaz de superar a crise que hegemonia do capital financeiro não deixa de agravar na periferia européia. É afirmado pelo autor que neste momento, políticas de economia solidária estão sendo inauguradas em todos os continentes, com destaque para os governos do Brasil, de Quebec, da França, da Venezuela, da Bolívia, do Equador e de Cuba. É um momento em que a ousadia promete resultados auspiciosos.

Freire (2013, pag.45), salienta ainda que os bancos comunitários são instituições organizadas sob a forma de associação civil sem fins lucrativos que disponibilizam produtos e serviços financeiros e não financeiros voltados para o apoio ao desenvolvimento das economias populares em bairros e municípios com baixo IDH, podendo realizar parcerias com entidades públicas e privadas para alcançar seus objetivos sociais. Incluir comunidades nas finanças solidárias e promover a experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e crédito, legalmente autorizados.

Ainda de acordo com o trabalho de Freire (2013) apud Stiglitz, Greenwald (2004), é argumentado em defesa dos bancos solidários, como uma forma de atenuar as falhas de mercado e para isso nos lembramos quais são elas: a) a concorrência é limitada e a consolidação dos bancos com a redução associada a concorrência é uma maneira de aumentar o lucro dos bancos; b) Consumidores desinformados; c) Consumidores insatisfatoriamente atendidos pelo mercado – racionamento de crédito;

Para França (2013), a experiência de bancos comunitários de desenvolvimento pode ser definida como exclusivamente social, por não ter finalidade lucrativa e dado seu propósito econômico está subordinado a sua finalidade social, onde se apoiam em relações de proximidades, visando o controle social ou democrático do dinheiro, afirmando-se enquanto iniciativa de democracia econômica.

Segundo Toscano (2002), o Banco Palmas é um processo mitótico, um projeto de economia social de mercado, de resgate do humanismo, da solidariedade e da cooperação em prol do bem comum. Diversos autores, onde Paul Singer (2013) é um dos expoentes, corroboram na afirmação de que a experiência de bancos comunitários de desenvolvimento é mais do que uma nova tecnologia social, embora seja isso também.

Freire (2013), afirma ainda que ao desenvolver a experimentação não lucrativa de sistemas alternativos de crédito, é assumido pelos bancos comunitários, o papel de prestador àquelas pessoas que possuem um retorno social mais alto e não um retorno financeiro como no sistema financeiro normal. Sendo assim, os bancos comunitários procuram favorecer com empréstimos a taxas diferenciadas, os trabalhadores da comunidade que exercem alguma atividade produtiva ou buscam concretizar ideias e projetos que podem gerar renda para a coletividade em que se inserem.

A autora em análise reafirma ainda, que nas comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, uma das principais razões para a falta de crédito é justamente a dificuldade de uma pessoa de fora da comunidade em selecionar bons projetos e monitorar a implementação nessas áreas. Dessa forma, a dificuldade de penetração do sistema financeiro normal, projetos e ideias que poderiam ser financiados implicando no aumento de renda da comunidade não são financiados.

Singer (2013), explica que os bancos comunitários, sendo o Banco Palmas o primeiro e, portanto, o caso mais emblemático, promovem o treinamento profissional de seus associados não com o intuito de inseri-los no mercado competitivo, mas que possam juntos criar empreendimentos de economia solidária e dessa forma, alcançar o ganho financeiro sem a necessidade de se submeter à subordinação do emprego assalariado que, pode ser precário uma vez que é perdido tão logo os lucros não sejam os almejados.

O Banco Palmas está localizado no conjunto Palmeiras, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Constitui um arranjo para o incentivo a produção local por meio da moeda social e do crédito e foi resultado da luta de 30 anos de constituição de um bairro. Em verdade, como se encontra descrito em várias publicações acerca do Banco Palmas, no final dos anos 90, após vinte anos das conquistas relativas a infraestrutura para a comunidade local, os grandes problemas enfrentados estavam ligados a pobreza e a geração de trabalho e renda. (NESOL, 2013)

A principal consequência do problema social enfrentado foi a migração de parte dos moradores antigos para áreas mais periféricas, pois não tinham como arcar com os custos da urbanização. Na busca por alternativas locais, a associação de moradores organizou palestras, seminários, discussões e pesquisas para levantamento das dificuldades financeiras do bairro, que possibilitou a criação de uma estratégia de desenvolvimento de consumo e produção para o local. (NESOL, 2013)

O consumo foi estimulado inicialmente por meio de um cartão de crédito denominado Palmacard, tratava-se de um clube de trocas com o uso da moeda social Palmares, e mais tarde o uso da moeda social foi estendido para o bairro todo. Já a produção foi incentivada a partir da concessão de crédito para apoio as estratégias de comercialização dos produtores e comerciantes locais. Dessa forma, iniciou-se a estratégia de desenvolvimento de finanças solidárias dos bancos comunitários de desenvolvimento. (NESOL, 2013)

Até 2003, o Banco Palmas era o único banco comunitário do Brasil. Após essa data, diversas comunidades, estimuladas pela criação da secretaria de Economia Solidária, no âmbito federal, interessaram-se pela replicação da experiência em outras localidades. A demanda foi tão significativa que o Banco Palmas criou o Instituto Palmas, responsável apenas pela replicação da metodologia.

Nesse contexto, regata-se o conceito de banco comunitário, assumindo a definição da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006), onde são serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo como base a economia solidária. Objetiva então, dinamizar as economias locais, promover o desenvolvimento do território e fortalecer a organização comunitária a partir dos serviços financeiros.

De acordo com Singer (2003), o termo solidário nessa perspectiva significa a subversão da lógica utilitarista de uma economia regida pela maximização dos lucros e otimização dos custos para a lógica da confiança e da cooperação. O autor reitera que tais valores estão presentes na concepção de uma rede, uma vez que no momento em que é concebida de forma conjunta o estímulo a produção e ao consumo no território – rede local de consumidores e produtores, rompe-se com a lógica do mercado onde produtores competem e consumidores são disputados. Nesse conceito de rede, uma ação não tem um único sentido, pois ela se desdobra num território ampliado que é a comunidade. Resume-se que a ação não pretende ter um fim localizado, mas sim, articular moradores, instituições locais e comerciantes.

O NESOL (2013) realiza um resgate sobre a metodologia de oferta de serviços financeiros para a população pobre, que nos é relevante nesse contexto, a fim de possamos compreender a proliferação de bancos comunitários no país e no mundo, principalmente no contexto do banco palmas. Percebe-se então, que nos anos 70 houve a proliferação dessa modalidade de crédito, haja vista a crise mundial instalada nos países do núcleo orgânico e o enfraquecimento das leis trabalhistas que significaram o estabelecimento de uma nova regulação entre Estado-capital-trabalho. Imbuídos da crença de que o crescimento econômico daria conta da absorção da população via o assalariamento dá lugar a um número cada vez maior de trabalhadores vivendo na precariedade e com relações instáveis de trabalho. Nos anos 80, a política do Banco Mundial estava voltada para a concessão de crédito para a população pobre, uma vez que se acreditava que a pobreza poderia ser superada por incentivo a capacidade empreendedora desta população.

Ainda de acordo com a pesquisa, em 1995 foi criado o CGAP (Consultative Group to Assist the Poor) que é formado por 28 agências de desenvolvimento, públicas e privadas, entre elas a ONU e a Usaid. Em 2004, esse mesmo grupo divulgou princípios norteadores para a concessão de microcrédito: o Estado não deve ser o provedor deste tipo de serviços financeiros, mas permitir as regulações necessárias para que as instituições o fizessem e as instituições serem autossustentáveis para atingir seu público e ganhar escala. Nessa perspectiva, foram realizados grandes investimentos em instituições para a oferta de serviços micro financeiros em países pobres, criando assim uma verdadeira indústria do microcrédito. Ademais, grandes instituições internacionais do núcleo orgânico detêm atuação em diversos países periféricos e semiperiféricos utilizando a mesma metodologia e princípios de funcionamento seguindo a lógica da eficiência econômica, numa clara política de ampliação ao acesso ao crédito.

De acordo com os autores que defendem as finanças solidárias, este é o principal ponto de diferença de perspectiva, onde as iniciativas ligadas ao microcrédito tradicional estão ligadas a uma visão minimalista de acesso ao crédito, que objetiva apenas a oferta de serviços para a população de

baixa renda, enquanto que as finanças solidárias estão ligadas a criação de ferramentas que possibilitem o desenvolvimento integrado dos territórios. (SINGER, 2007; FRANÇA FILHO, 2008).

Os autores em questão, defendem ainda que a oferta de serviços financeiros não faz sentido se não vier guiada por princípios como o fortalecimento comunitário, o planejamento e a dinamização dos recursos locais, tanto na ordem econômica quanto social, na promoção do desenvolvimento integrado dos territórios e baseada nos princípios de cooperação e da democracia. Salienta-se que o desenvolvimento aqui apregoado é o desenvolvimento solidário, ou seja, da comunidade como um todo e não de alguns dos seus membros. Sendo assim, não são as ferramentas financeiras que produzem as transformações, mas a forma de uso que refaz o sentido da economia como o modo de organização da vida e não como um sistema natural de competição por recursos, consumidores, nichos de mercado e maximização de lucros.

Ainda nessa perspectiva defendida por Singer (2007) e França Filho (2008), um grande diferencial entre as duas modalidades de microcrédito está no fato da instituição gestora ter um caráter local e comunitário. Nesta perspectiva, essa é uma característica fundamental para as iniciativas no campo da economia solidária, que tem como condição necessária a construção coletiva por aqueles que dela participam. O investimento então, necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser os donos da nova riqueza produzida por ela.

Nessa perspectiva, assumida pelos autores que defendem os bancos comunitários de desenvolvimento, a natureza associativa e comunitária de tal experiência pode ser analisada em sua forma institucional como organização que surgiu a partir da história da comunidade, das necessidades e das articulações locais, e quanto a sua finalidade, objetiva o enraizamento de suas ações nas relações sociais locais e no fortalecimento da organização e participação comunitária. (NESOL, 2013)

Assim, ainda de acordo com os referidos autores, no tocante em que é enraizado na comunidade local, sugere-se que o modelo dos bancos comunitários de desenvolvimento não possui uma metodologia fechada, devendo comportar a criação de ações para atender demandas específicas de cada localidade, respeitando as diferenças geográficas e culturais de cada lugar. Assim sendo, ações se transformarão no decorrer dos anos em função das mudanças do contexto local, da economia e das parcerias que vão sendo estabelecidas. (NESOL, 2013)

Ainda nesse modelo, a moeda social surge para afirmar o caráter territorial das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento. É apregoado que a inovação dos bancos comunitários está justamente na articulação de duas modalidades de finanças solidárias – o microcrédito e o clube de trocas – ampliando assim, a função da moeda social para uma abrangência territorial. Além de a moeda social estimular o consumo na própria comunidade e contribuir para manter os recursos gerados circulando internamente, ela simboliza o processo de construção da identidade comunitária em torno da proposta de desenvolvimento endógeno. Havendo também, um caráter educativo, num contexto de repensar o papel do dinheiro e da moeda e por ser aceita apenas no comércio local, ela perde o sentido da acumulação, retomando o sentido de facilitadora de produtos e serviços. (NESOL, 2013)

O NESOL (2013) enfatiza ainda, que a forma de concessão de crédito dos bancos comunitários de desenvolvimento também se trata de uma importante característica. Por estarem enraizados na comunidade e por terem o objetivo principal de atender a população, que não possui condições de oferecer garantias reais, é na própria comunidade que se buscam informações sobre os possíveis tomadores de crédito. Essa prática destoa das normas de bancos tradicionais.

Assumindo a política mundial, já descrita, é notado que nos últimos anos, os bancos públicos têm tentado criar condições para aumentar o acesso da população aos serviços financeiros de um modo geral, porém, não conseguem atingir aqueles que são mais vulneráveis. Como as instituições estão distantes dos seus clientes, necessitam de formato de análise de crédito adaptada a realidade local, dessa forma existe a necessidade de flexibilização e autonomia para o atendimento das reais necessidades da população. Os bancos comunitários podem, em certa medida, realizar o papel de intermediador em os bancos tradicionais e a população, como no caso do Banco Palmas.

Nesse momento, os autores apregoam que os bancos comunitários de desenvolvimento devem ser compreendidos como uma possibilidade de articulação entre as políticas públicas para a inclusão financeira e bancária de grande alcance e uma atuação territorialmente que permite atingir os que se encontram excluídos. Sendo assim, a articulação entre o poder público e as ações dos bancos comunitários é essencial para a construção de ações efetivas na produção de um desenvolvimento integrado e comunitário.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou, a partir de uma revisão bibliográfica que mescla a perspectiva de desenvolvimento proposta por Arrighi e o conceito de banco comunitário de desenvolvimento, questionar-se se o desenvolvimento proposto pelo Banco Palmas trata-se efetivamente de desenvolvimento.

Arrighi apregoa que os estados da semiperiferia buscam imitar ações do núcleo orgânico visando assim ingressar em tal núcleo ou desenvolver-se. O autor apregoa que avanços econômicos não podem ser para todos os Estados, porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial. Ou seja, os processos de exclusão são tão importantes quanto os processos de exploração, a pobreza absoluta ou relativa dos Estados periféricos e semiperiféricos são necessários para indução que seus dirigentes e sua população participem da divisão mundial do trabalho por recompensas marginais que deixam a parcela significativa dos benefícios para o núcleo orgânico.

Nesse momento, o que é verificado na política dos bancos comunitários de desenvolvimento, onde utilizou-se o Banco Palmas como recorte, é que trata-se de uma inclusão financeira que apesar da melhora da qualidade de vida, não retira a população da pobreza, alimentando o círculo vicioso e atingindo as práticas da política do Banco Mundial.

Resgate-se ainda baseado na obra de Arrighi, que o traço mais essencial da economia capitalista mundial é a recompensa desigual por esforços humanos iguais e oportunidades desiguais de uso de recursos escassos. Assim, como consequência apenas uma minoria da população mundial desfruta da

riqueza democrática e faz somente por meio de uma luta perene contra as tendências excludoras e exploradoras através das quais a riqueza dos Estados do núcleo orgânico é criada.

No momento em que os bancos comunitários intermediam investimentos de bancos privados que pertencem ao núcleo orgânico, questiona-se qual a perspectiva de desenvolvimento adotada, uma vez que os interesses envolvidos são de manutenção dos estados na semiperiferia e periferia, conforme já discutido.

Num resgate a obra de Meszáros (2002), já trazida no presente trabalho, qualquer tentativa de criar ou superpor algum tipo de unidade às estruturas sociais reprodutivas internamente fragmentadas em questão tende a ser problemática e a permanecer rigorosamente temporária, ou seja, uma inovação partida da periferia, tende a ser absorvida pelo núcleo orgânico, numa clara relação de centro –periferia. Ainda de acordo com o referido autor, o caráter irremediável da carência de unidade deve-se ao fato de que a própria fragmentação assume a forma de antagonismos sociais. Em outras palavras, ela se manifesta em conflitos fundamentais de interesse entre as forças sociais hegemônicas alternativas.

Trata-se exatamente do verificado na experiência Palmas. Apesar de ter sido iniciada como uma demanda da comunidade afim de resolver a problemática de geração de renda, no decorrer da experiência, com a entrada de recursos financeiros de bancos privados e públicos e assumindo o modus operandi da política mundial para erradicação da pobreza, percebe-se uma ilusão desenvolvimentista que no máximo manterá o estado no parâmetro atual.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do Desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRAGA, Ruy. A política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo. Boitempo. 2012.
- Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013. p.180 v.1
- BOBBIO, Norberto - Estado, governo, sociedade, S.Paulo, Paz e Terra, 1995 (Cap.III - Estado, poder e governo).
- GRAY, John – Falso Amanhecer – os equívocos do capitalismo global. Rio/São Paulo. Record. 1999. (Cap. 3: O que a globalização não é).
- MELO, João Joaquim de Banco Palmas. Uma prática de socioeconomia solidária Agora XXI / Banco Palmas. Quito.- Programa de Gestão Urbana – UN/HABITAT. Maio 2003
- MÉSZÁROS, István, Para além do capital : rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (orgs). Hegemonia as Avestas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo. Boitempo, 2010.

PINHO, José Antonio G. de Reforma do Aparelho do Estado: Limites do Gerencialismo frente ao Patrimonialismo. Organizações & Sociedade. N. 12. V. 5. Maio/agosto 1998.

SANTOS, W. Guilherme dos - As fronteiras do Estado mínimo. In: Razões da desordem, Rio, Rocco, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro. Ver: Apresentação, cap. 1 e 2. Disponível em:[http://www.schwartzman.org.br/simon/bases/bases.htm#\\_1\\_2](http://www.schwartzman.org.br/simon/bases/bases.htm#_1_2). Acesso em: 01 Mai. 2014.

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, André. Os Sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo. Cia das Letras. 2012

STANDING, Guy. A nova classe perigosa. São Paulo. Autêntica. 2013